

DELIBERAÇÃO Nº 018/2014 - CEAS/PR

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR reunido ordinariamente em 14 de Março de 2014, e no uso de suas atribuições regimentais,

DELIBERA

Art. 1º - Pela aprovação do Relatório de atividades e Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS referente ao exercício de 2013, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de Março de 2014.

Inês Roseli Soares Tonello
Presidente do CEAS/PR



Anexo da Deliberação nº018/2014 CEAS/PR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**PRESTAÇÕES DE CONTAS
RELATÓRIO DAS REALIZAÇÕES 2013**

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

CURITIBA, 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social –SEDS, foi criada em junho de 2011 pela Lei n.º 16.840 e hoje é responsável, conforme alterações instituídas pela Lei n.º 17.045, de janeiro de 2012, pela política da Assistência Social e pela Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre os objetivos da Secretaria, estão:

1. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da assistência social, na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
2. Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
3. Executar as medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

Visando a organização, promoção, desenvolvimento e coordenação de serviços, programas e projetos voltados ao combate à pobreza e exclusão social e à garantia de direitos de crianças e adolescentes, a Secretaria se organiza em 07 Coordenações e Unidades de Execução Programática; se apoia na Legislação vigente nas deliberações e diretrizes elaboradas pelos Conselhos de Assistência Social (CEAS) e de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e Conferências; e garante a territorialização dessas política e o assessoramento aos municípios por meio de 23 Escritórios Regionais, a saber: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória. Além disso, a SEDS mantém integralmente 18 Centros de Socioeducação e 6 Casas de Semiliberdade, unidades que atendem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e de internação.

Garantindo a transparência e o controle social, a SEDS manteve a regularidade das reuniões do CEAS e do CEDCA. O CEAS realizou, ao longo do ano, 10 reuniões ordinárias e 03 extraordinárias.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social trabalha visando a diminuição da extrema pobreza no Estado do Paraná, possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias.

1. ASSESSORIA TÉCNICA - AT

A Assessoria Técnica de Ação Programática, acompanha as atividades das Coordenações Programáticas – Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Renda e Cidadania, Medidas Socioeducativas e das Unidades Técnicas do Programa Família Paranaense e da Política da Criança e do Adolescente, além das instâncias de controle social – CEAS e CEDCA, bem como das instâncias de pactuação e deliberação – CIB, CIT e FONSEAS.

Presta apoio ao planejamento de programas e serviços do Estado na área da Política de Assistência Social e da Criança e do Adolescente, acompanhando diretamente a execução dos projetos contratualizados no Contrato de Gestão para 2013 – Família Paranaense e Aprimoramento da Gestão e a elaboração de projetos para captação de recursos internacionais – Paraná Seguro e Família Paranaense.

Ações em 2013:

Eventos

- ✓ **Reunião ampliada e descentralizada do CEAS/PR:** A reunião ampliada foi realizada nos dias 11 e 12 de Julho de 2013 no Auditório da Unipar, município de Cascavel. Contou com a participação de

conselheiros municipais de Assistência Social e gestores municipais da Política de Assistência Social, totalizando em torno de 120 participantes. No primeiro dia de evento, foi realizada palestra sobre a organização das Conferências de Assistência Social no ano de 2013; e no segunda dia de evento, foi realizada a reunião ordinária e extraordinária do CEAS/PR.

- ✓ **X Conferência Estadual de Assistência Social:** A X Conferência Estadual foi realizada nos dias 16,17 e 18 de Outubro de 2013 no Centro de Convenções de Curitiba, Curitiba – PR. O Tema central da Conferência foi “A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS” e contou com a participação da maioria dos municípios do Estado do Paraná, totalizando em torno de 600 participantes.

2 . COORDENAÇÃO DA GESTÃO DO SUAS-CGS

A Coordenação da Gestão do SUAS atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social em âmbitos Estadual e Municipal. Atua no nível do assessoramento e apoio técnico sobre as temáticas monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, gestão do trabalho e apoio e fortalecimento às instâncias do SUAS.

Na perspectiva do fortalecimento do SUAS, atua na gestão do monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, uma vez que assessora e apoia tecnicamente os municípios na elaboração dos instrumentos de gestão, bem como participa do desencadeamento e elaboração dos instrumentos de gestão em âmbito estadual. Ainda, é responsável pelos trabalhos da Comissão de Informação, Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial da SEDS , além de orientar e acompanhar os Escritórios Regionais na mobilização e articulação com os municípios para preenchimento dos aplicativos do MDS. A CGS também gerencia o Cadastro de Entidades Sociais, cuja adesão permite descontos nas tarifas da luz e água de entidades.

Relacionado a temática” Gestão do Trabalho”, atua na coordenação e acompanhamento da execução do Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, tendo elaborado o diagnóstico da situação de gestão do trabalho existente no âmbito estadual. Nesta perspectiva fomenta a implementação junto com os municípios da Política Estadual de Capacitação para os trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social, com base nos princípios da educação permanente e diretrizes da NOB, considerando aspectos das peculiaridades locais, perfis profissionais e nível de escolaridade.

Quanto ao apoio técnico as instâncias do SUAS busca a articulação entre as instancias do controle social, bem como secretaria a Comissão Intergestores Bipartite – CIB, promovendo o apoio direto aos processos de habilitação municipais.

Em 2013, as ações desta Coordenação voltaram-se para:

No âmbito da **Gestão do Trabalho:**

- ✓ Realização da capacitação “Desafios Contemporâneos da Gestão do SUAS): curso anual voltado às equipes técnicas das coordenações e escritórios regionais da SEDS para discussão de atualidades do Sistema Único e da Política Nacional de Assistência Social, a fim de aprimorar o assessoramento aos municípios. Em 2013, os conteúdos trabalhados foram referentes à nova Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS – 2012.
- ✓ Realização, em parceria com a Celepar, de webconferências para disseminação de informações

referentes à gestão do SUAS para os municípios e equipes regionais da SEDS. Foram 6 eventos promovidos por esta Coordenação, atingindo-se um público total de 2161 espectadores. Foram os temas: Revisão dos Planos Municipais de Assistência Social, Articulação SUAS e SINASE (dois eventos), Conferências Municipais de Assistência Social, Gestão do SUAS e Residência Técnica.

- ✓ Realização de videoconferências, em parceria com a SESA, que cedeu a tecnologia, foram realizadas reuniões técnicas e capacitações através desta ferramenta interativa, que permite maior troca de informações entre os participantes. Realizaram-se 08 eventos, com um público de 1121 pessoas, sendo os temas: 1. Financiamento no SUAS (5 edições, para diferentes regionais), 2. Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS (2 edições) e 3. Conferências de Assistência Social. Também foram realizadas 23 reuniões regionais de supervisão técnica para gestores municipais de assistência social (secretários e suas equipes), nas quais foram discutidos os desafios e o novo perfil de gestor para execução do SUAS nos municípios.
- ✓ Revisão do Plano Estadual de Capacitação dos trabalhadores do SUAS, com base na nova Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente. Este trabalho demandou a reunião de esforços entre diversas coordenações e unidades técnicas da SEDS, resultando em documento aprovado pelo CEAS e divulgado no site da secretaria. Este é o documento que dá base aos processos de licitação (ainda correntes) para realização de diversos eventos de capacitação.
- ✓ Por fim, destaca-se a coordenação dos processos de trabalho referentes à implantação do Programa de Residência Técnica em Gestão Pública com ênfase no SUAS. Através deste programa, articulado com SEAP, SETI e Universidades Estaduais, foram selecionados 59 pessoas para realização de curso gratuito de especialização EaD, com residência técnica remunerada na SEDS (sede e escritórios regionais).

No que diz respeito aos processos de **Monitoramento, Avaliação e Vigilância socioassistencial**, prestou-se assessoramento aos municípios principalmente através dos processos de mobilização e apoio técnico aos municípios para elaboração e preenchimento dos seguintes instrumentos de gestão: Plano Municipal de Assistência Social (revisão 2013 e 2014); questionários do Censo SUAS (Gestão Municipal, Conselhos Municipais, CRAS, CREAS, Centros POP e Entidades de Acolhimento); Plano de Ação e Demonstrativo Sintético Financeiro.

No tangente ao **apoio às instâncias de controle social**, esta coordenação atuou no apoio às conferências municipais, regionais e estadual de assistência social. Em relação aos municípios, produziu-se nota técnica e, como anteriormente mencionado, realizaram-se web e videoconferências para instrumentalização quanto à organização das conferências. Além disso, prestou-se assessoramento in loco a 32 municípios, mediante demanda, para realização das conferências. Ainda, atuou-se na realização de palestras magnas em 6 conferências regionais, no apoio à produção de apresentação e no suporte ao trabalho de grupos da conferência estadual.

Ainda, esta Coordenação assume a responsabilidade de manutenção dos **Cadastros de Entidades Sociais**, que destina-se a organizações não governamentais de utilidade pública como requisito para a obtenção de abatimentos em tarifas de água e luz.

Em relação a este procedimento, destaca-se a realização de 485 processos de cadastro e renovação de entidades sociais de todo o Estado.

2.1 Quadro síntese de metas

| Nº | Produto / Ação | Unidade | Meta Prevista 2013 | Meta Atingida 2013 |
|----|---|-----------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| 1 | Mobilização e apoio técnico aos municípios para preenchimento do Censo SUAS no âmbito municipal | Municípios | 399 | 399 |
| 2 | Mobilização e apoio técnico aos municípios para preenchimento dos aplicativos da Rede - SUAS | Municípios | 399 | 399 |
| 3 | Assessoramento técnico para municípios para revisão dos Planos Municipais de Assistência Social | Municípios | 399 | 399 |
| 4 | Realização de webconferências para disseminação de informações referentes à gestão do SUAS para os municípios e equipes regionais da SEDS | Eventos | 6 | 6 |
| 5 | Realização de videoconferências para disseminação de informações referentes à gestão do SUAS para os municípios e equipes regionais da SEDS | Eventos | 8 | 8 |
| 6 | Capacitação: Desafios Contemporâneos na Gestão do SUAS | Trabalhadores capacitados | 120 | 87 |
| 7 | Realização de cadastro e renovação de cadastro de entidades sociais | Processos de cadastro e renovação | (atendimento mediante demanda) | 485 |
| 8 | Reuniões de supervisão técnica com gestores municipais de assistência social e equipes técnicas | Eventos participantes | 23 | 23 |
| 9 | Mobilização e apoio técnico para realização de conferências municipais de assistência social | Municípios | 399 | 399 |
| 10 | Apoio à realização de conferências municipais e regionais de assistência social | Eventos | (atendimento mediante demanda) | 38 |
| 11 | Revisão do Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS - PEC | Plano revisto | 1 | 1 |
| 12 | Residentes técnicos cursando especialização e exercendo prática na SEDS | Residentes | 97 | 59 |

3. COORDENAÇÃO DE RENDA DE CIDADANIA - CRC

A coordenação é responsável pelo Cadastro Único de Programas Sociais, Programa Bolsa Família, Programa Luz Fraterna e Pronatec.

Com estas ênfases e considerando as interfaces com as demais políticas públicas setoriais e intersetoriais, realiza capacitações, encontros e orientações para o aperfeiçoamento técnico profissional dos atores envolvidos na gestão dos programas e benefícios vinculados. Trabalha no estímulo ao uso das informações do Cadastro Único como mecanismo de planejamento, execução e avaliação das políticas municipais voltadas às famílias de baixa renda, assim como a utilização da base de dados para projetos, programas e benefícios em nível estadual. Acompanha o registro do acompanhamento das condicionalidades, assim como repassa os resultados destes registros e as repercussões por descumprimento, orientando quanto ao acompanhamento familiar.

Manteve parceria com a CAIXA para o apoio aos municípios no que compete a operacionalização do sistema do Cadastro Único e gestão dos benefícios.

Assessoramentos para os 23 Escritórios Regionais e 399 municípios.

3.1 Cadastro Único de Programas Sociais

Segundo dados do IBGE – Censo 2010, o Paraná tem como estimativa:

- ✓ 793.523 famílias de baixa renda (renda per capita de até ½ salário mínimo)
- ✓ 456.024 famílias pobres (renda per capita de até 140,00)

O Estado com base nos dados de dezembro 2013, possuía 1.247.431 famílias cadastradas, sendo:

- ✓ Sem renda – 81.466
- ✓ 00,01 a 70,00 – 226.689
- ✓ 70,01 a 140,00 – 303.362
- ✓ 140,01 a 339,00 – 393.878

3.2 Programa Bolsa Família

A média de famílias beneficiárias no Paraná foi de 430 mil famílias beneficiárias/mês, equivalentes a R\$ 55 milhões/mês em recursos disponibilizados.

O valor total repassado em 2013 para o Estado do Paraná em benefícios diretos à família foi de R\$ aproximadamente 670 milhões.

Beneficiários e Valores por Regional (DEZEMBRO 2013):

Fonte: Caixa Econômica Federal - Folha Sintética Regionais

| REGIONAL SEDES | BOLSA FAMÍLIA | | BSP | | | TOTAL RECEBIDO |
|--------------------|---------------|---------------|--------|--------------|-----|----------------|
| APUCARANA | 10.018 | 1.114.290,00 | 1.802 | 128.902,00 | 18% | 1.243.192,00 |
| CAMPO MOURAO | 18.953 | 2.193.052,00 | 4.296 | 315.236,00 | 23% | 2.508.288,00 |
| CASCADEL | 18.351 | 2.127.434,00 | 2.606 | 176.870,00 | 14% | 2.304.304,00 |
| CIANORTE | 3.884 | 420.608,00 | 634 | 44.224,00 | 16% | 464.832,00 |
| CORNELIO PROCOPIO | 14.276 | 1.681.040,00 | 2.856 | 221.582,00 | 20% | 1.902.622,00 |
| CURITIBA | 93.754 | 11.015.174,00 | 18.147 | 1.252.728,00 | 19% | 12.267.902,00 |
| FOZ DO IGUACU | 20.345 | 2.348.666,00 | 2.500 | 175.124,00 | 12% | 2.523.790,00 |
| FRANCISCO BELTRAO | 16.377 | 1.968.946,00 | 2.919 | 226.724,00 | 18% | 2.195.670,00 |
| GUARAPUAVA | 24.852 | 3.113.834,00 | 3.291 | 251.154,00 | 13% | 3.364.988,00 |
| IRATI | 10.097 | 1.171.582,00 | 2.138 | 169.922,00 | 21% | 1.341.504,00 |
| IVAIPORA | 8.934 | 990.936,00 | 1.691 | 121.382,00 | 19% | 1.112.318,00 |
| JACAREZINHO | 17.464 | 1.982.386,00 | 3.433 | 251.766,00 | 20% | 2.234.152,00 |
| LARANJEIRAS DO SUL | 10.318 | 1.283.658,00 | 2.506 | 192.614,00 | 24% | 1.476.272,00 |
| LONDRINA | 27.200 | 3.096.784,00 | 7.528 | 530.022,00 | 28% | 3.626.806,00 |
| MARINGA | 17.977 | 1.997.262,00 | 2.544 | 165.012,00 | 14% | 2.162.274,00 |

| | | | | | | |
|-------------------------|----------------|----------------------|---------------|---------------------|------------|----------------------|
| PARANAGUA | 15.076 | 1.792.628,00 | 2.247 | 167.220,00 | 15% | 1.959.848,00 |
| PARANAVAI | 11.978 | 1.411.386,00 | 1.985 | 153.992,00 | 17% | 1.565.378,00 |
| PATO BRANCO | 14.427 | 1.740.218,00 | 2.296 | 165.140,00 | 16% | 1.905.358,00 |
| PITANGA | 11.810 | 1.409.962,00 | 2.748 | 213.914,00 | 23% | 1.623.876,00 |
| PONTA GROSSA | 37.124 | 4.396.974,00 | 7.100 | 572.100,00 | 19% | 4.969.074,00 |
| TOLEDO | 8.968 | 998.080,00 | 1.313 | 93.816,00 | 15% | 1.091.896,00 |
| UMUARAMA | 8.450 | 943.680,00 | 1.616 | 102.872,00 | 19% | 1.046.552,00 |
| UNIAO DA VITORIA | 9.549 | 1.170.270,00 | 1.346 | 90.730,00 | 14% | 1.261.000,00 |
| TOTAIS | 430.182 | 50.368.850,00 | 79.542 | 5.783.046,00 | 18% | 56.151.896,00 |

Do acompanhamento das condicionalidades:

- ✓ Educação: No mês de setembro 2013, foram registradas as informações de frequência escolar de 514 mil beneficiários com perfil para acompanhamento (crianças e adolescentes de 6 a 17 anos) , 93% do público total.
- ✓ Saúde: No primeiro semestre de 2013, foram acompanhadas 308 mil famílias com perfil para acompanhamento (crianças de 0 a 6 anos e mulheres de 14 a 44 anos), 81% do público total.
- ✓ Condicionais: 7140 famílias com descumprimento de condicionalidades* (repercussão de nov/dez 2013)
- ✓ Acompanhamento Familiar: 11989 famílias incluídas no acompanhamento familiar (dezembro 2013)

Evolução do Registro do Acompanhamento das Condicionais

Saúde

| Referencia | Famílias Acompanhadas |
|-------------|-----------------------|
| 1º semestre | 81% |
| 2º semestre | 82% |

Educação

| Referencia | Famílias Acompanhadas |
|------------|-----------------------|
| Março | 91% |
| Maio | 90% |
| Julho | 91% |
| Setembro | 93% |
| Novembro | 93% |

* descumprimento de condicionalidades:

Educação - crianças de 6 a 15 anos com frequência escolar abaixo de 85%, jovens de 16 e 17 anos com frequência escolar abaixo de 75%,

Saúde - crianças sem vacinação em dia ou gestantes que não fazem o pré-natal

3.3 Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal

Em 2013 foram recebidos R\$ 730 mil em recursos referentes ao Índice de Gestão Descentralizada do Estado.

3.4 Programa Luz Fraterna

A Coordenação é responsável pelo acompanhamento da execução do Programa e encaminhamento dos processos para ressarcimento às Concessionárias de Energia Elétrica. São as Concessionárias: COCEL (Campo Largo), FORÇA E LUZ DO OESTE (Guarapuava), FORCECEL (Coronel Vivida), LUZ E FORÇA SANTA CRUZ (Jacarezinho, Barra do Jacaré e Ribeirão Claro) e CELESC (Rio Negro), COPEL (demais municípios). Em julho de 2013 foi publicada a nova Lei do Programa Luz Fraterna que amplia o limite de consumo de energia de 100 para 120kWh.

Em 2013 foram 280 mil famílias beneficiadas com o Programa Luz Fraterna, o que gera aproximadamente R\$ 20 milhões de recursos investidos.

3.5 – Participações e Eventos

- ✓ **Conselho Estadual de Assistência Social** (Nircélio – suplente)
- ✓ **Comitê Estadual do Programa do Leite** (Nircélio – titular)
- ✓ **Grupo Executivo do Emprego e Trabalho Decente** (Nircélio)
- ✓ **Unidade Executora do Programa Família Paranaense** (Nircélio)
- ✓ **Comissão de Gestão do Trabalho / SEDS** (Michele)
- ✓ **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional** (Michele – titular)
- ✓ **Comissão de Monitoramento e Avaliação / SEDS** (Carla)
- ✓ **Pronatec** (Nircélio e Carla)
- ✓ **Coordenação Estadual Intersetorial do Cadastro Único** – Formada por integrantes da Secretaria da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego e Iparde.
- ✓ **Capacitação para Operadores Masteres Municipais da Frequência Escolar** – em Curitiba nos dias 29 a 31/07.
- ✓ **Reunião de Trabalho sobre Pronatec: (Carla)**
 - 24/01 em Ponta Grossa com municípios da regional
 - 26/02 em Ortigueira
 - 23/04 em Jacarezinho com municípios da regional
 - 24/04 em Cornélio Procópio com municípios da regional
 - 25/04 em Londrina com municípios da regional
 - 18/11 em Curitiba com municípios da regional
- ✓ **Reunião de Monitoramento e Avaliação**, em Brasília, dias 04 e 05/03. (Carla e Nircélio)
- ✓ **Oficina de Trabalho Regional Intersetorial** - no Rio de Janeiro, dias 14 e 15/05. (Michele e Nircélio)
- ✓ **Encontro Regional Intersetorial de Coordenadores e Técnicos Estaduais do Programa Bolsa Família** – no Rio de Janeiro, dias 14 e 15/05. (Michele e Nircélio)

- ✓ **Reunião Técnica Intersectorial - em Almirante Tamandaré**, no dia 24/05, com os coordenadores estaduais da frequência escolar e PBF na Saúde. (Michele, Carla e Nircélio)
- ✓ **Formação de Instrutores de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família** – em Brasília entre os dias 28/10 a 01/11. (Michele)
- ✓ **I Encontro Estadual de Monitoramento e Avaliação**, em Curitiba nos dias 05 e 06/11, 22 municípios com melhor desempenho na gestão do Cadastro Único. O evento teve duração de 1 dia e participação de dois técnicos da Senarc. (Michele, Carla, e Nircélio)
- ✓ **VI Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família** – em Brasília, nos dias 02/12 a 05/12. (Michele e Nircélio)

3.6 – Capacitações

- ✓ **Webconferência** – realizada no mês de março em Curitiba, em parceria com a Celepar, abordou o tema “**Sistema de Condicionalidades e Acompanhamento Familiar**”, e a proposta era difundir aos municípios amplamente o Sistema de Gestão do PBF (SigPBF), com foco no Sistema de Condicionalidades (SICON) e o registro do Acompanhamento Familiar.
- ✓ **Capacitação de Operadores Municipais Masteres** – realizado em Curitiba, em parceria com a Caixa Econômica Federal - Gerência de Programas Sociais com duração de 2 dias, foram realizadas 14 turmas entre os meses de abril a junho 2013. A capacitação é destinada para habilitar os operadores municipais para operacionalização do sistema de entrada e manutenção de dados on line – Cadastro Único V7. Ministrado pelos técnicos da Caixa Econômica. Foram capacitadas 305 pessoas de 205 municípios.
- ✓ **Capacitação de Entrevistadores** – com duração de 24hs, com objetivo capacitar para o preenchimento dos formulários do Cadastro Único. Em 2013 foram 4 turmas, totalizando 65 municípios e 102 pessoas participantes.
 - 30/01 a 01/02 – Curitiba: 25 municípios participantes e 26 pessoas.(R\$ 4.194,00)
 - 04/02 a 06/02 – Curitiba: 32 municípios participantes e 32 pessoas.(R\$ 19.000,00)
 - 22/10 a 25/10 – Maringá: 03 municípios participantes e 22 pessoas (R\$ 1.225,52)
 - 11/11 a 13/11 – Apucarana: 05 municípios participantes e 22 pessoas (R\$ 2.160,00)
- ✓ **d) Instrutoria em Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família** – realizada em Curitiba nos dias 08 e 09/08, com duração de 16 hs, realizado em parceria com a SENARC e Caixa Econômica Federal, com objetivo de difundir aos municípios os sistemas relacionados a gestão do programa bolsa família, a capacitação teve 05 técnicos da Senarc que trabalharam os temas: Sistema de Gestão do PBF (SigPBF), Sistema de Condicionalidades (Sicon), Ferramenta de Seleção e Extração de dados do Cadastro Único (Cecad) e Fiscalização. Além dos sistemas de gestão, havia 02 painéis: Gestão da Folha de Pagamento com técnicos da Caixa, e Gestão Orçamentária com técnica da Seds. Totalizaram 154 municípios, com 195 participantes. (R\$ 26.807,90)

- ✓ **Fortalecimento da Gestão Municipal** – realizada em Laranjeiras do Sul, no dia 17/09, com duração de 4 hs e promovida pela Controladoria Geral da União. Apresentado sobre o controle social no Programa Bolsa Família e Transferência de Renda. Participação de 30 pessoas.
- ✓ **Encontro Intersetorial Laranjeiras do Sul** – realizada em Laranjeiras do Sul no dia 17/09, com duração de 4 hs, promovida pelo Escritório Regional e realizado em parceria com a equipe do Cadastro Único do município, com objetivo de difundir aos municípios a importância da intersetorialidade e o papel de cada setor envolvido na gestão do programa. Foram abordados temas como: condicionalidades e acompanhamento familiar, busca ativa, orçamento e controle social. O evento contou com os 10 municípios da regional, totalizando 150 pessoas. (R\$ 1080,00)
- ✓ **Instalação do Fórum Regional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional**, realizado pela Sets em parceria com Seed, Seds com o apoio do Senai e Senac. Teve participação do Senat, Senar e IFPR. Os encontros foram realizados de 07/06 a 24/07, em 11 mesorregiões, abrangendo os 399 municípios do estado. O objetivo dos fóruns foi a divulgação e orientação sobre Pronatec, incentivando a adesão e a importância de efetivação das turmas. (R\$ 6.511,00)

| Mesorregião | Nº Municípios | Nº Participantes |
|--------------------|----------------------|-------------------------|
| Cornélio Procópio | 45 | 276 |
| Londrina | 33 | 240 |
| Maringá | 25 | 190 |
| Paranavaí | 23 | 192 |
| Umuarama | 29 | 252 |
| Francisco Beltrão | 40 | 345 |
| Cascavel | 32 | 337 |
| Guarapuava | 39 | 291 |
| Ponta Grossa | 26 | 399 |
| Campo Mourão | 22 | 255 |
| Curitiba | 26 | 413 |
| Total | 340 | 3190 |

- ✓ **Números do PRONATEC BSM :**
 - 20/06/2013: 4.630 matrículas
 - 25/07/2013: 7.922 matrículas
 - 09/08/2013: 12.346 matrículas
 - 12/09/2013: 14.920 matrículas
 - 08/10/2013: 24.051 matrículas
- ✓ **Assessoria em Execução Orçamentária e Financeira – “Prestação de Contas”** – com o objetivo de auxiliar os municípios que não efetuaram a prestação de contas dos recursos relativos ao índice de gestão descentralizada_IGDM. A primeira etapa ocorreu em Curitiba, no dia 27/09 a primeira etapa do processo se deu com reunião com os técnicos da Senarc, Sérgio e Bruna para o conhecimento das situações para podermos orientar os municípios com dificuldades na prestação de contas dos recursos do IGD-M. A segunda etapa se deu com reuniões com os municípios, realizadas em Curitiba: 27/09 –

Santa Amélia, 04/10 – Itaperuçu e Santa Isabel do Ivaí, 09/10 – Guaraci e 21/11 – Doutor Ulisses.

**Loanda não compareceu.*

- ✓ **Encontro Operacional** - realizados descentralizadamente, em parceria com a CAIXA e Escritórios Regionais, os encontros com duração de 8hs, tem o modelo de roda de diálogo e tem por objetivo nivelar informações operacionais do Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único e Sistema de Gestão do Benefícios do Programa Bolsa Família. (R\$ 1.863,00)

10/07 - Curitiba, com 9 municípios da região metropolitana: Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, com 12 participantes.

22/08 - Praia de Leste, com 8 municípios, 7 da regional do Litoral: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná + Colombo, com 23 participantes.

26/09 - Lapa, com 10 municípios da região dos Tropeiros: Lapa, Balsa Nova, Contenda, Quitandinha, Rio Negro e Mandiritiba. Não compareceram: Piên, Agudos do Sul, Campo do Tenente e Tijucas do Sul, com 13 participantes.

11/10 - Castro, com 10 municípios da região do Leite: Castro, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Sengés, Ventania, Piraí do Sul, Arapoti, Jaguariaíva, Ortigueira, com 16 participantes.

25/10 - Ponta Grossa, com 8 municípios da região dos Campos Gerais: Ponta Grossa, Ipiranga, Carambeí, Imbaú, Palmeira, Porto Amazonas, São João do triunfo, Ivaí, com 16 participantes.

28/11 – Apucarana, com 16 municípios da região de Apucarana: Apucarana, Arapongas, Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Kaloré, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Sabáudia, Miraselva, Jaguapitã e Pitangueiras.

29/11 – Londrina, com 16 municípios da região de Londrina: Assai, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambe, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Londrina, Lupionópolis, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Tamarana e Rolândia.

| Produto/Ação | Unidade Medida | Meta Prevista 2013 | Meta Executada 2013 |
|--|-----------------------|---------------------------|----------------------------|
| Capacitação de Operadores Municipais Masters do Cadastro Único | Pessoas | 350 | 305 |
| Cadastramento das famílias indígenas | Famílias | 3598 | 3817 |
| Cadastramento das famílias quilombolas | Famílias | 1446 | 1121 |

| | | | |
|--|------------|-----|------|
| Utilização da ferramenta “Sistema de Condicionais” | Municípios | 399 | 355 |
| Manter atualizada as informações da Coordenação de Renda de Cidadania no site da SEDS | Mensal | 1 | 1 |
| Acompanhamento das famílias com perfil saúde | Famílias | 82% | 80% |
| Frequência Escolar das crianças, adolescentes e jovens beneficiados com o Programa Bolsa Família. | Pessoas | 89% | 93% |
| Cobertura qualificada do Cadastro Único (inserir as famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita) | Famílias | 88% | 100% |
| Atualização Cadastral dos cadastros do CadÚnico | Famílias | 72% | 74% |

4. COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CPSB

4.1 Centros de Referências de Assistência Social – CRAS:

É uma unidade pública municipal de assistência social, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, que executa de forma direta as ações e os serviços de proteção social básica, garantindo a atenção integral às famílias de seu território de abrangência. Seguindo as diretrizes do SUAS, todos os municípios brasileiros devem possuir no mínimo 1 CRAS em funcionamento, em condições adequadas para atender às famílias.

Ações Realizadas:

O Cofinanciamento estadual para construção dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, através do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS, deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Por meio das **Resoluções 020/2009 e 014/2010** do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, foram deliberado para **construção 43 unidades** de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, destes, entre 2010 e 2012 foram inauguradas: em 2010 foram inauguradas 06 obras; em 2011 foram inauguradas 08 obras; em 2012 foram inauguradas 17 obras, em 2013 foram inauguradas 5 obras, totalizando 36 obras inaugurados até dezembro de 2013, restando 7 obras a serem inauguradas em 2013.

Em 2012, **17 novas construções de CRAS** aprovados pelo CEAS, estão em processo de

formalização de convênio, construção e algumas obras foram inauguradas, através das **Deliberações nº15 de 2011**, nos municípios de: Bom Sucesso, Campo do Tenente, Castro, Congonhinhas, Engenheiro Beltrão, Querencia do Norte, São Jerônimo da Serra, e Vera Cruz do Oeste obras em fase de construção, nos municípios de: Borrazópolis, Teixeira Soares e Rio Azul as obras inauguradas em 2013. **Deliberação nº33 de 2012** nos municípios de Bom Jesus do Sul, Iguaraçu, Godoy Moreira, Marumbi, Barracão e Nova América da Colina obras em andamento.

Em 2013, **foram deliberados pelo CEAS 29 construções de CRAS**, refere-se a Expansão Estadual 2013, por meio as Deliberações nº 48/2013, 77/2013 e 84/2013. Até dezembro de 2013, 25 municípios assinaram o termo de ajuste, são eles: Amaporã, Ariranha do Ivaí, Barra do Jacaré, Bocaiuva do Sul, Campina do Simão, Catanduvas, Farol, General Carneiro, Itaguajé, Itaperuçu, Ivaí, Mandirituba, Nova Cantu, Nova Fátima, Ortigueira, Pérola do Oeste, Prudentópolis, Quinta do Sol, Reserva do Iguazu, Ribeirão do Pinhal, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Salto do Itararé, Tamboara e Tijucas do Sul. 4 municípios estão em fase de formalização de convênio: Abatiá, Ibaiti, Ipiranga e Rio Branco do Sul.

Ainda em 2013, o CEAS deliberou a construção de 23 CRAS, por meio da **Deliberação nº 57/2013, nº 85 e Edital nº 15/2013 SEDS**, neste processo mais de 150 municípios encaminharam documentações e estes estão em fase de análise.

Acompanhamento e monitoramento, por meio dos 23 Escritórios Regionais das ações dos CRAS no Estado. Hoje são **547 unidades de CRAS** (segundo Censo/CRAS/MSD – 2012).

96 processos respondidos, referente a solicitação de recurso para construção de CRAS e **31** referente a solicitação de recurso para construção de Centro da Juventude.

Desencadeado o Censo SUAS/CRAS - 2013, cabendo às equipes da CPSB orientar sobre a concepção, o preenchimento, prazos e conceitos;

Realização do monitoramento das metas de desenvolvimento dos CRAS, pactuadas nacionalmente e em conformidade com as diretrizes do SUAS. Coube a Coordenação acompanhar o cumprimento do “Plano de Providencias”, e na definição de prazos, pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, junto aos municípios. A CPSB deu continuidade ao processo do Plano de Providência Metas de Desenvolvimento dos CRAS. Em 2013 foi aprovado 76 municípios com as metas cumpridas pelo municípios no período anual 2010 (Resolução nº 11/2013) e aprovação de 256 municípios com metas não resolvidas período anual 2010 (Resolução nº 12/2013). Além disso foi pactuado junto a CIB um plano único e o cronograma para processo de acompanhamento do Estado em relação às Metas de Desenvolvimento CRAS 2012. No total, são 447 CRAS com pendências em 368 municípios.

4.2 Equipes Volantes

É considerada uma equipe adicional, ou seja, uma equipe a mais referenciada a um determinado CRAS, responsável pela oferta dos serviços de Proteção Social Básica nas comunidades mais distantes, como por exemplo: comunidades Rurais, Quilombolas e Indígenas. **Atualmente o Estado conta com 47 equipes volantes distribuídas em 44 municípios .**

Ações Realizadas:

- ✓ Acompanhamento e orientação na implantação dos serviços executados pelas equipes volantes, sendo estes , os serviços idênticos ofertados pelo PAIF nos CRAS.

4.3 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

É o principal serviço de Proteção Social Básica, oferecido nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo como finalidade assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade social tenham atendimento e acompanhamento de técnicos especializados para os encaminhamentos necessários.

Ações Realizadas:

- ✓ Estado do Paraná orientou e acompanhou os municípios referente aos ações do PAIF, atualmente são cofinanciados pelo Governo Federal 504 CRAS/PAIF.
- ✓ Repasse de recursos para a implementação PAIF à 112 municípios que aderiram o Programa Família Paranaense, através das deliberações do CEAS nº34 e nº 52 de 2012. Destes 21 municípios, o recurso será repassado por meio de convênios, o restante 91 municípios será repassado por meio do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social em 2014, conforme Deliberação CEAS nº 080 de 2013.

4.4 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Serviços para crianças, adolescentes e idosos, no ano de 2013 houve o Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que unificou a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos eram cofinanciados por meio do Projovem Adolescente, Peti e serviço para criança/idoso. 379 municípios foram habilitados e realizaram o aceite para participar do reordenamento do SCFV no Paraná, destes 372 municípios apresentaram ganho de recurso financeiro, 07 municípios tiveram perda de recurso. O repasse do recurso do cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, será por meio do Piso Básico Variável – PBV, realizado diretamente pelo FNAS para os fundos de assistência social dos municípios. Os municípios deverão estar habilitados em gestão básica ou plena do SUAS e ter no mínimo 01 CRAS implantado e em funcionamento, cadastrado do CadSuas.

Ações Realizadas:

- ✓ Monitoramento e assessoramento técnico aos 379 municípios que aderiram ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV.

4.5 ProJovem Adolescente:

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos - ProJovem Adolescente, devido ao reordenamento Federal dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV's, foi desenvolvido neste formato até o mês de junho de 2013, onde foram implantados no Estado do Paraná **510 coletivos** do ProJovem Adolescente em **201 municípios** com 12.750 vagas.

(Fonte: Relatório de Informações Sociais/SAGI em 23/01/2014).

Ações realizadas:

- ✓ Assessoramento e monitoramento técnico aos municípios que possuem o Programa.

4.6 Capacitações da Coordenação de Proteção Social Básica:

Capacitações para os técnicos dos escritórios regionais da SEDS e de gestores municipais.

Atividades Realizadas:

- ✓ Videoconferência do programa BPC na Escola para gestores do estado e técnicos do município de Curitiba, com objetivo divulgar o processo de adesão ao programa em Abril de 2013.
- ✓ Videoconferência sobre o Programa BPC para Escritórios Regionais, técnicos de referência das 22 regionais de Saúde e das 32 regionais da Educação. Em Maio de 2013.
- ✓ Webconferência Orientação sobre Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para técnicos municipais e estaduais. Abril/2013 para 320 pessoas.
- ✓ Realização de “Seminários de Formação Intersetorial dos Grupos Gestores e Técnicos do Programa BPC na Escola”, nas datas de 08 e 09 de outubro, 14 e 15 de outubro e 16 e 17 de dezembro de 2013, realizado em Foz do Iguaçu, tendo como objetivo promover a formação dos Grupos Gestores Municipais e técnicos do Programa BPC na Escola.
- ✓ Planejamento das Capacitações para compor o Plano Estadual Capacitação – PEC, sendo previsto: 1 Capacitação de Aperfeiçoamento - Política de Assistência e a Prática Profissional, 180 horas, 575 participantes, semi-presencial, em parceria com CPSE e CRC; 1 Capacitação de Atualização - Planejamento da Gestão CRAS e CREAS, modalidade à distância, aproximadamente 1100 participantes, em parceria com CPSB e CPSE. 4 Eventos, com carga horária de até 32 horas, modalidade presencial: Linhas Gerais do Programa BPC trabalho (duas etapas); Capacitação dos Centros da Juventude: Boas práticas dos Centros da Juventude (2 etapas); Alinhamento conceitual e metodológico do Programa Adolescente Paranaense (2 etapas) ; Assessoramento Técnico Conjunto (continuada).

4.7 Programa BPC na Escola:

Prevê a adesão do município ao Programa BPC na Escola tendo como objetivo desenvolver ações intersetoriais visando garantir o acesso e a permanência na escola da criança e do adolescente com deficiência de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, com a participação da União, dos Estados e dos municípios. Compete ao Estado apoiar a Capacitação dos agentes envolvidos, orientar e sensibilizar no que se refere as adesões do Programa;

Ações Realizadas:

- ✓ Até o momento 100 municípios renovaram o compromisso com o Programa e 89 novos municípios aderiram ao Programa, totalizando 189 municípios.
- ✓ Reuniões com Grupo Gestor Estadual ;

- ✓ Realização de 3 “Seminários de Formação Intersectorial dos Grupos Gestores e Técnicos do Programa BPC na Escola”

4.8 Território da Juventude:

Espaço criado para promover o protagonismo juvenil, por meio da oferta ações e serviços de convivência, planejados de forma participativa. Público alvo são jovens de 15 a 29 anos e suas famílias. As ações das políticas públicas de saúde, educação, trabalho, assistência social cultura, esporte, lazer, atividade física, qualificação profissional, empreendedorismo, inclusão digital, entre outras dentro das políticas públicas. Prédio principal 612m², banheiros, quadra, piscina e circuito de skate, totalizando cerca de 2 mil m², valor aproximado de R\$ 1,4 milhão por unidade.

Ações Realizadas:

- ✓ Por meio das Deliberações CEAS nº 61 e nº 88 de 2013, 10 municípios foram contemplados: Capanema, Coronel Vivida, Assis Chateaubriand, Medianeira, Carambeí, Imbituva, Arapoti, Goioerê, Santa Helena. 09 municípios já assinaram o Termo de Ajuste. O município de Tupãssi está em fase de formalização do Termo de Ajuste.

4.9 OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS OU COM PARTICIPAÇÃO DA CPSB

- ✓ Participação da Coordenadora de Proteção Social Básica da SEDS, do 4º Encontro do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social - COGEMAS/PR, com os Gestores Municipais da Assistência Social do Paraná e equipe técnica no dia 13/11/2013, no município de Cambé-PR, o assunto da mesa Redonda foi o "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos", com a participação da diretora de proteção social básica da SNAS/MDS Léa Lúcio Cecílio Braga e Arlete **Aparecida Bernardi Bertoletti**, diretora de proteção social básica de SMAS/Cambé.
- ✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Básica em Conselhos Estaduais:**
 - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – (titular e suplente)
 - Conselho Estadual da Assistência Social – (suplente)
 - Comissão CEAS de Políticas Sociais – (apoio técnico)*
 - Comissão CEAS de Financiamento e Gerenciamento do Fundo: (Titular)*
 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – (Câmara Políticas Básicas - apoio técnico)
 - Conselho Estadual Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do *Paraná* - (suplente);
 - Conselho Estadual Antidrogas do Paraná - (participante)*
 - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - (suplente)*
- ✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Básica em Comissões Estaduais:**
 - Comitê Estadual Intersecretarial de Saúde Mental;
 - Comitê Estadual de Trabalho do Programa Leite das Crianças; (suplente)
 - Comissão Intergestora Bipartite – CIB (titular e suplente)
 - Comissão Intersecretarial do Estado do Paraná para implementação do Programa Brasil Quilombola;

Comissão Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (suplente)

Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola – (SEDS - Coordenação)

✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Básica em Comissões Internas:**

Comissão Intercoordenações da Gestão de Trabalho – COGET;

Comissão Gestão Documental SEDS;

4.10 Quadro Síntese de metas

| Produto/Ação | Unidade | Meta Prevista 2013 | Meta Executada 2013 |
|--|---|--------------------|---|
| Inauguração de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (Resoluções 020/2009 e 014/2010) | CRAS | 43 | 5 inaugurados em 2013 (Totalizando 36 obras inauguradas) |
| Repasse de recursos para Construção dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. (Deliberações CEAS nº15 de 2011 e nº 33 2012) | CRAS | 17 | 3 inauguradas (14 obras em andamento e/ou em fase de formalização de convênio) |
| Expansão Estadual de CRAS 2013, por meio as Deliberações nº 48/2013, 77/2013 e 84/2013. Formalização de Termo de Ajuste com os municípios para construção de CRAS conforme a Deliberação nº 48, nº77 e nº84 de 2013. | CRAS | 29 | 25 |
| Processo de elaboração do Edital nº 15/2013 SEDS e encaminhamento de processos pelos municípios para construção de CRAS de 23 CRAS em 2014. | Processo/municípios que encaminharam processo | 1/399 | 1/159 |
| Formalização de Termo de Ajuste com os Municípios para construção de unidades do Programa Território da Juventude conforme a Deliberação do CEAS nº61 e nº 88 de 2013. | Municípios | 10 | 9 |
| Coordenação do Programa BPC na Escola e realização de Seminários de Capacitação do programa BPC Escola em 03 etapas. | Municípios aderiram ao programa | 399 | 189 |
| Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Deliberação CEAS nº 34/2012 e nº 52/2013. | Municípios | 112 | 21 |
| Assessoramento técnico e monitoramento aos municípios para implementação das ações e serviços de Proteção Social Básica no Paraná. | Municípios | 399 | 399 |
| Orientações e apoio técnico às equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, referente às Equipes Volantes para os CRAS. | Municípios | 44 | 44 |
| Inauguração de Centros da Juventude | Municípios | 29 | 5 Inaugurados (Totalizando 23 em funcionamento) |
| Acompanhamento e articulação intersetorial para potencializar os Centros da Juventude. | Municípios | 29 | 29 |
| Implantação do Programa Adolescentes Paranaenses. | Municípios/Adolescentes | 30/1.800 | * |
| Repasse de Kit's de emergência para os municípios em estado de Calamidade Pública ou Emergência, reconhecidos pelo Governo Federal | Municípios | 55 | 55 |

*Os recursos estão disponíveis para os municípios, porém ainda estão em fase de formalização.

5. COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CPSE

A Coordenação Estadual de Proteção Social Especial tem como objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de Média e Alta Complexidade em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A Coordenação de Proteção Social Especial promove e apoia ações de mobilização, sensibilização e articulação para o enfrentamento à violação de direitos, tais como: negligências, abandonos, preconceito, discriminação ou os diversos tipos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, ou grupos minoritários. Para tanto coordenou as seguintes Comissões:

- Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes;
- Comissão Estadual de Convivência Familiar e Comunitária;
- Comissão Estadual de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil;

5.1 Programas e Serviços de Proteção Social Especial

5.1.1 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Atualmente o Paraná conta com 141 unidades em 119 municípios, com capacidade para atendimento à 6.340 pessoas e suas famílias. O papel do Estado é acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido pelos municípios. O acompanhamento das ações tem sido realizado por meio das equipes técnicas dos Escritórios Regionais, com o suporte da Coordenação de Proteção Social Especial. Nessas unidades são desenvolvidos os seguintes Serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (**PAEFI**); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de **Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**; Serviço Especializado em **Abordagem Social**; Serviço de Proteção Social Especial para **Pessoas com Deficiência, Idosas** e suas Famílias.

5.1.2 Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Assessoramento, acompanhamento e orientação técnica aos municípios que desenvolvem serviços tipificados nacionalmente, para garantia de proteção social especial às Famílias Paranaenses em situação de risco e/ou violação de direitos.

5.1.3 Capacitação para Técnicos dos CREAS e Programa Liberdade Cidadã

- ✓ Assessoramento para equipes dos 23 Escritórios Regionais da SEDS em 2013;
- ✓ Capacitação do programa Crescer em Família – 03 macros com 450 participantes 1º semestre de 2013;
- ✓ Seminário para municípios que possuem Serviços de Centros Especializados para População em Situação de Rua – CENTROS POP's – Fevereiro de 2013;
- ✓ Videoconferência e Webconferência sobre Serviços de Emergência e Calamidades – agosto 2013;

- ✓ Videoconferência sobre o atendimento à Mulher Vítima de Violência – agosto de 2013;
- ✓ Videoconferência para Escritórios Regionais – Roda de conversa sobre a proteção Social Especial, uma compreensão necessária – agosto de 2013;
- ✓ Videoconferência sobre serviço de medidas socioeducativas em meio aberto para equipes de ER's e dos CENSES – Setembro de 2013;
- ✓ Videoconferência para equipes dos ER's sobre acompanhamento dos serviços da CPSE – Outubro de 2013.

5.1.4 Construções

- ✓ Construção de 12 unidades CREAS (valor previsto de R\$ 6,6 milhões – Fonte do Tesouro) – Del. N° 62/CEAS/2013;
- ✓ Construção de 14 unidades CREAS (valor previsto de R\$ 7,7 milhões – Fonte do Tesouro) – Del. N° 88/CEAS/2013;

5.1.5 Campanhas em Outras Ações

- ✓ Campanha de Comunicação para Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária (R\$ 2 milhões do FIA/CEDCA);
- ✓ Credenciamento de serviços de acolhimento institucional para crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência ou transtorno mental;
- ✓ Triagem e encaminhamento de casos para Acolhimento Institucional – crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos (municípios de pequeno porte I e II).

5.2 Quadro Síntese de metas

| Produto/Ação | Unidade | Meta Prevista 2013 | Meta Executada 2013 |
|--|------------|--------------------|---------------------|
| Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e indivíduos – PAEFI. | Municípios | 98 | 63* |
| Acolhimento institucional de idosos e pessoas com deficiência, oriundos de municípios cujo porte não justifica implantação de rede. | Pessoas | 314 | 314 |
| Cofinanciamento do Programa Nacional Viver Sem Limites – Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência. | Município | 16 | 1 |
| Cofinanciamento do governo federal e estadual - Programa Nacional Viver Sem Limites – RESIDÊNCIA INCLUSIVA ESTADUAL para Pessoas com Deficiência | Unidades | 2 | 0 |
| Cofinanciamento do Programa Nacional Viver Sem Limites – Centro Dia para Pessoas com Deficiência – município de Curitiba. | Município | 01 | 01 |
| Assessoramento técnico e monitoramento aos municípios para implementação dos Serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade no Paraná | Município | 399 | 399 |
| Serviço em Situações de Emergências e Calamidades com valor previsto de R\$ 3 milhões e realizado 2,5 milhões. | Município | 100%*** | 78 |

***Convênios formalizados. O outros 35 municípios receberão os recursos em 2014 via repasse do FEAS ao FMAS;**

****16 unidades em 7 municípios relativo a expansões de 2012 e 2013, cofinanciamento deve ser regular e contínuo desde que o município tenha implantado a unidade;**

*****100% dos municípios que estiverem na situação de calamidade pública.**

✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Especial em Conselhos Estaduais:**

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – (titular)

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR (Titular e Suplente)

Conselho Estadual de Assistência Social – (Titular)

Comissão CEAS de Política Sociais – (apoio técnico)

Comissão CEAS de Financiamento e Gerenciamento do Fundo (apoio técnico)

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – (Câmara Garantia de Direitos – apoio técnico);

✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Especial em Comissões e Fóruns Estaduais:**

Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente – FETI/PR – representa a SEDS no Colegiado;

Fórum Lixo e Cidadania;

Comitê Estadual Intersecretarial de Saúde Mental;

Comissão Intergestores Bipartite – CIB – Titular;

✓ **Participação da equipe da Coordenação de Proteção Social Especial em Comissões Internas:**

Comissão Intercoordenações da Gestão do Trabalho;

Câmara Técnica da CIB – Regionalização

6. UNIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE – UTPFP

O Programa Família Paranaense tem como finalidade articular as políticas públicas de várias áreas do governo, visando o desenvolvimento, o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade social. Pretende-se, por meio da intersetorialidade, viabilizar o acesso aos direitos sociais e aos serviços que garantem tais direitos. Os eixos de intervenção são assistência social, saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, trabalho e habitação.

O Programa desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR) que é a ferramenta de apoio para a seleção de famílias dentro de municípios selecionados, indicando a priorização das situações de maior vulnerabilidade social encontradas. O índice concentra-se em três objetivos principais: caracterizar a situação das famílias por meio de variáveis que representam suas vulnerabilidades; quantificar as famílias do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em condições de vulnerabilidade nos municípios do Paraná e identificar graus de vulnerabilidade segundo suas diferentes dimensões, por município.

Lei nº 17.734/2013

Em outubro de 2013, a Assembléia Legislativa do Estado aprovou, com posterior sanção do Exmo. Governador, a Lei Estadual número 17.734/13, que cria o Programa Família Paranaense e dá outras providências. A referida Lei torna permanente as ações intersetoriais propostas pelo Programa, seus Comitês de Gestão e institui o Índice de Vulnerabilidade Social - IVFPR como indicador oficial para a identificação das famílias. Além disso, a Lei também institui 3 Projetos Complementares: a) Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); b) Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, autorizando, neste projeto, o pagamento de Aluguel Social às Famílias do Programa; c) Bolsa-Agricultor.

Por fim, em seu artigo 19, a Lei autoriza o Governo do Estado a transferir renda diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente de maneira complementar ao Programa Bolsa Família, para famílias com renda per capita inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais). O valor a ser transferido a cada família beneficiária será variável, e depende da quantia necessária para que a mesma atinja R\$ 80,00 per capita/mês.

Modalidades de Adesão ao Programa

- ✓ **Modalidade Municípios Prioritários:** critérios de seleção dos municípios: Valor do IPDM (Índice Iparde de Desempenho Municipal); Percentual de Extrema Pobreza; Valor do Percentil 75 (Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR), em cada município;
- ✓ **Modalidade Adesão Espontânea:** municípios que aderiram ao Programa de forma voluntária e não se encontravam dentro dos critérios de seleção dos Prioritários;
- ✓ **Modalidade AFAI - Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por medida socioeducativa** - ações com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação; Critérios de Seleção: possuir pelo menos 1 adolescente internado, conforme fonte de dados da Central de Vagas da Coordenação de Medidas Socioeducativas da SEDS.

O Programa Família Paranaense criou em 2013:

- ✓ **Modalidade Transferência Estadual de Renda Direta às Famílias – denominada Renda Família Paranaense** – Esta modalidade, prevista na Lei 17.734/13, tem como público-alvo famílias cuja renda familiar per capita é inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais. O valor do benefício a ser transferido para cada família corresponde ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e os benefícios financeiros disponibilizados pelo Estado do Paraná e pela União atinja o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) per capita. No decreto de regulamentação do Renda Família Paranaense, foi definido que o pagamento do benefício estadual será integrado ao Programa Bolsa Família, fortalecendo, desta maneira, o pacto federativo entre o Estado e a União, que somam esforços para a erradicação da extrema pobreza no Paraná. O Renda Família Paranaense atingiu 93.571 famílias, em 397 municípios, com investimento previsto de R\$ 2.903.134,00 mês, da fonte do tesouro do Estado.

**DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR
MODALIDADES**

| MODALIDADES DE ADESÃO | NÚMERO DE MUNICÍPIOS |
|-----------------------|----------------------|
| Prioritários | 129 |
| Adesão Espontânea | 226 |
| AFAI | 88 |

FONTES: SEDS – Sistema Informatizado do Programa Família Paranaense

Famílias Atendidas no Programa

No Programa Família Paranaense, o Plano de Ação Intersetorial da Família é todo o conjunto de ações e intervenções realizadas com a família, desde o momento da sua identificação pelo IVF/PR, a seleção, a inclusão, o diagnóstico, o planejamento de ações, o monitoramento durante os dois anos em que a família permanece no Programa e o desligamento. Todos estes procedimentos possuem metodologia própria de acordo com as diretrizes do Programa e também cronologia própria, ou seja, há uma seqüência bem definida para que aconteçam, e sempre uma etapa dá seqüência a outra.

| SITUAÇÃO DAS FAMILIAS NO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE | TOTAL DE FAMÍLIAS |
|---|----------------------|
| Selecionadas ⁽¹⁾ | 1.940 |
| Incluídas ⁽²⁾ | 16.566 |
| Com diagnósticos finalizados ⁽³⁾ | 13.141 |
| Com planejamento intersetorial de ações elaborados ⁽⁴⁾ | 10.814 |

FONTES: SEDS – Sistema Informatizado do Programa Família Paranaense

(1) É aquela que o Comitê Local considera potencial para fazer parte do programa.

(2) É a família que assinou o termo de compromisso e que é acompanhada pelo programa.

(3) É composto pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná – IVFPR e outras questões complementares sobre a situação da família, preenchidas pelo Comitê Local para descrever o contexto familiar.

(4) É o planejamento de ações específicas para cada família e/ou membro familiar necessárias para melhoria das condições das famílias.

Investimentos do Programa aos Municípios

Incentivo Família Paranaense – O Programa Família Paranaense e o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS vem estabelecendo uma parceria de trabalho no sentido de aprimorar o atendimento as

famílias vulneráveis do Estado. No mês de julho de 2013, o Conselho deliberou recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no montante de R\$ 3.623.747,00 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, e setecentos e quarenta e sete reais), para fortalecer as ações e serviços socioassistenciais dos municípios contemplados pelo Programa. Foi iniciado no mês de dezembro, o cofinanciamento automático (fundo a fundo) para os 100 municípios da Expansão 2013, que constam na deliberação 068/2012 do CEAS. Para acessar o Incentivo Família Paranaense os municípios deveriam estar com no mínimo 40 famílias incluídas e com parte do acompanhamento dessas executado, como prevê o Termo de Adesão do Programa e a Deliberação 042/13 do CEAS. O repasse do recurso, no valor de R\$ 36.237,40 por município e foi dividido em 2 parcelas e poderia ser utilizado com despesas de consumo e de investimento, como aquisição de veículos, mobiliários, capacitação para equipes municipais e famílias atendidas pelo Programa, realização de oficinas para as famílias e seus membros, incluindo pagamento de aluguel para os Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, entre outras ações.

Convênios – CEAS, Em relação aos convênios firmados em parceria com Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, através da Deliberação 021/12, que contemplou os 30 municípios prioritários de 2012, 28 municípios receberam recursos totalizando o montante de R\$1.050.000,00 para investimento nos CRAS, aquisição de veículos, computadores e impressoras. Dois municípios ainda estão em tramitação para pagamento. Houve repasse também, por meio da Deliberação 39/2012 do CEAS, para 15 municípios no valor de R\$ 394.995,00 para estruturação dos CRAS, sendo que os outros 15 processos estão em tramitação para pagamento.

BID – Durante o ano de 2013, prosseguiu-se com as ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o pleito de U\$ 100.000.000,00. Foram desenvolvidas duas missões junto ao Banco para acompanhamento deste projeto. O recurso pleiteado ainda não foi liberado, visto que o Estado entrou em limite prudencial, e as negociações junto a este foram paralisadas.

AFAI – Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por medida socioeducativa, Deliberação nº 020/2012 do CEDCA/PR e Edital 002/2012, prevê ações com as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Os 178 municípios foram selecionados de acordo com o critério de possuir pelo menos 1 adolescente internado nos anos de 2010, 2011 e 2012 e puderam apresentar projetos de intervenção e planos de aplicação até a data de 09 de novembro de 2013. Neste período, 100 municípios enviaram projetos para acessar recursos do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, totalizando o montante de R\$ 6.452.400,00, representando 77,92% do recurso disponibilizado para o AFAI. Com o prazo de adesão finalizado, a equipe da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense realizará no ano de 2014, o assessoramento metodológico aos municípios que aderiram a Modalidade, bem como o monitoramento da ação, tanto do ponto de vista convenial-financeiro, quanto do ponto de vista técnico-metodológico.

6.1 Capacitações/Eventos

Para o desenvolvimento da gestão do programa, houve diversos seminários, capacitações e encontros para o aprimoramento das ações realizadas durante o ano de 2013.

- ✓ Apresentação do Programa Família Paranaense no Seminário Internacional sobre Acompanhamento Familiar em Quito/Equador,
- ✓ 02 eventos, com carga horária total de 11 horas e participação de 782 pessoas.
- ✓ 02 webconferências sobre o Programa Juro Zero, com carga horária total de 08 horas, com participação de 130 municípios e os 23 escritórios regionais da SEDS;
- ✓ 02 webconferências sobre o Programa AFAl, com carga horária total de 08 horas, com a participação dos 23 escritórios regionais da SEDS e diversos municípios;
- ✓ 01 webconferência sobre o Incentivo Programa Família Paranaense, com carga horária total de 04 horas e participação dos 23 escritórios regionais da SEDS;
- ✓ 52 reuniões regionais, com carga horária total de 260 horas e participação de 2002 pessoas;
- ✓ 7 reuniões técnicas, com carga horária de 22 horas e a participação de 100 pessoas

6.2 Demais Atividades Desenvolvidas

- ✓ **Linha Paraná Juro Zero em parceria com o Programa Família Paranaense** - O objetivo desta ação é incentivar as famílias envolvidas em programas de desenvolvimento social e da economia solidária a tornarem-se empreendedoras, podendo iniciar ou ampliar pequenos negócios, para melhorar a renda e a qualidade de vida. Muitas vezes o que falta para uma família ser empreendedora é um apoio financeiro, para fortalecer um pequeno negócio, que pode ser rentável.
- ✓ **Brincadeiras na Comunidade** – Projeto de ação relacionado ao Programa Família Paranaense, deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, deliberação nº 097/2013. Prevê a disponibilização de brinquedotecas aos equipamentos da Rede de Proteção à Infância e tem por objetivo garantir o direito ao brincar e propiciar à criança a oportunidade de socialização em ambiente lúdico. Foram formalizados 112 convênios, sendo disponibilizado recurso de R\$ 5.000,00 que deve ser utilizado para aquisição de acervo de brinquedoteca, além disso, cada município vai receber aperfeiçoamento profissional enquanto brinquedista (formação de 2 anos), para 03 técnicos de cada município.
- ✓ **Renault** – A inexistência de equipamentos públicos em áreas rurais e isoladas dificulta o acesso aos serviços públicos para as famílias residentes nestas áreas, o que as torna mais vulneráveis. Visando o atendimento a esta população, a SEDS desenvolveu conjuntamente com a empresa Renault do Brasil S.A. projeto em parceria, para que municípios que executam o Programa Família Paranaense recebam veículos adaptados. Para o ano de 2013, serão 05 municípios contemplados. Foram estabelecidos critérios de hierarquização: área territorial, número de famílias rurais com cadastro único, existência de comunidades indígenas e quilombolas, total de famílias com IVF/PR acima do percentil 75 e inexistência de CRAS na área rural. O veículo será um instrumento facilitador para o deslocamento das equipes dos CRAS e profissionais que atuam no Programa para acessar, identificar, incluir e acompanhar famílias

em situação de maior vulnerabilidade social residentes em áreas rurais e comunidades tradicionais. Os veículos são equipados para realização de atendimentos no seu interior com móveis e equipamentos necessários. O objetivo é garantir a proteção social às famílias e indivíduos que residem em áreas rurais viabilizando acesso aos seus direitos sociais.

- ✓ **Comunidades Indígenas** – Considerando que o Programa Família Paranaense tem como estratégia a realização de ações intersetoriais, envolvendo as diversas Secretarias e órgãos do Estado, em conjunto com os municípios, no ano de 2013, iniciou-se uma experiência piloto para o desenvolvimento destas ações junto à comunidades indígenas. Foi priorizada a maior Terra Indígena existente no Estado em extensão territorial e em população denominada Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras. As famílias residentes nestas aldeias têm pouco acesso e oferta de serviços públicos e uma concentração significativa de vulnerabilidade e risco social, em especial nas áreas de habitação, saúde, educação, assistência social, infraestrutura, além das situações de exploração do trabalho de adultos, crianças e adolescentes e exploração sexual. Para a implantação desta proposta as Secretarias e órgãos do Estado – Assessoria Especial para Assuntos Fundiários, SEDS, SEED, SESA, COHAPAR, SEAF, EMATER, COPEL, juntamente com o Prefeito, Secretária Municipal de Assistência, representação da Câmara Municipal e lideranças Indígenas, reuniram-se para identificar as ações prioritárias, onde ficou definida a construção de espaço para jornada ampliada para crianças e adolescentes, acolhendo também as mulheres indígenas que sobrevivem da produção e venda de artesanato, na Aldeia Sede. A proposta foi apresentada ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, objetivando também pleitear recursos do FIA, para financiar a construção do espaço físico. Os diversos órgãos do Estado e município estão formalizando uma parceria para garantir o funcionamento e atendimento às famílias. Esta iniciativa tem a finalidade desenvolver ações educativas, de prevenção e promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias indígenas, a qual deverá ser extensiva a outras comunidades.

6.3 Participação da equipe da Unidade Técnica em Conselhos Estaduais:

Conselho Estadual da Assistência Social – (suplente)

Comissão CEAS de Políticas Sociais – (apoio técnico)

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – (Câmara Políticas Básicas - apoio técnico)

Conselho Estadual do Idoso (titular e vice - presidente)

6.4 Participação da equipe da Unidade Técnica em Comissões Estaduais:

Comitê Estadual Intersecretarial de Saúde Mental;

Comissão Intergestora Bipartite – CIB

Comissão Programa Paraná Seguro.

6.5 Participação da equipe da Unidade Técnica em Comissões Internas:

Comissão Intercoordenações da Gestão de Trabalho;

Comissão G-Gov:

**ANEXOS
QUADROS**

Quadro resumo dos recursos empenhados até 31/12/2013

| ATIVIDADES | EMPENHADO | TOTAL |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 121.862.571,55 | 121.862.571,55 |
| Gestão Administrativa da SEDS | 9.059.049,60 | 9.059.049,60 |
| Gestão de Serviços | 2.576.659,43 | 2.576.659,43 |
| Manutenção dos Programas e Atividades desenvolvidas nos 19 Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade | 9.752.219,49 | 9.752.219,49 |
| Sistema Intersetorial de Proteção à Família Luz Fraterna | 3.478.022,16 | 3.478.022,16 |
| Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - Fia | 6.989.046,94 | 6.989.046,94 |
| Fundo Estadual de Assistência Social | 33.783.795,75 | 33.783.795,75 |
| | 14.461.031,41 | 14.461.031,41 |
| Total | 201.962.396,33 | 201.962.396,33 |